



## **DADOS ESTATÍSTICOS** **CORRUPÇÃO E CRIMES CONEXOS** **2022**

Apesar de ainda se encontrar em curso a recolha de dados estatísticos referentes ao ano de 2022, divulgam-se alguns desses dados já consolidados e relativos a inquéritos instaurados no ano em curso por crimes de corrupção e criminalidade conexas, ao número e natureza de despachos finais proferidos, a procedimentos de prevenção de branqueamento e a denúncias recebidas através da aplicação de denúncias “Corrupção: Denuncie aqui”.

### **Crimes de corrupção e criminalidade conexas**

No período compreendido entre 1 de janeiro e 25 de novembro de 2022 foram registados 3598 novos inquéritos relativos a **crimes de corrupção e criminalidade conexas** (na qual se incluem os crimes de abuso de poder, administração danosa, branqueamento, participação económica em negócio, peculato, prevaricação, recebimento indevido de vantagem e tráfico de influência), o que corresponde a um considerável aumento face à totalidade do ano de 2021, período em que deram entrada 2.865 inquéritos (em 2020, deram entrada 2.302 processos e, em 2019, 2.359 inquéritos).

No período em referência do corrente ano, foi proferido despacho de acusação em 161 inquéritos, aplicada a suspensão provisória do processo em 40 casos e arquivados 1.595 inquéritos.

	Entrados	Acusados	Arquivados	Suspensão Provisória do Processo
2022 (até 25 de novembro)	3.598	161	1.595	40
2021	2.865	180	1.217	18
2020	2.302	165	993	27
2019	2.359	219	1.213	33



## Procedimentos de prevenção de branqueamento

No âmbito das competências do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) em matéria de prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, entre 1 de janeiro e 30 de novembro de 2022, foram recebidas e analisadas 11.434 comunicações, 950 das quais ao abrigo do dever de abstenção (artigo 47.º da Lei 83/2017, de 18/8), número que já supera as 10.080 comunicações em todo o ano de 2021 (em 2020, 11.524 e, em 2019, 7019).

Na sequência da realização das diligências tendentes a apurar da (i)legalidade da operação bancária ou financeira, foram determinadas 535 suspensões de operações bancárias e instaurados 535 inquéritos.

No que respeita aos valores das operações suspensas, os dados consolidados reportam-se a 30 de setembro de 2022: 104.116.635,32 € (143.599.040,17€ em todo o ano de 2021), 11.102.276,85 USD (2.818.686,26USD em todo o ano de 2021) e ainda 2.912.045,03 £ (libras esterlinas).

### Procedimentos de prevenção de branqueamento instaurados jan-nov 2022

Comunicações recebidas e analisadas		Operações bancárias suspensas			Inquéritos instaurados	
Art.º 43.º	Art.º 47.º	Nº de operações suspensas	Valor em euros*	Valor em dólares americanos*		Valor em libras esterlinas*
10.484	950					
11.434		535	104.116.635,32	11.102.276,85	2.912.045,03	535

\*Dados até 30 de setembro de 2022

## Aplicação “Corrupção: Denuncie Aqui”

Nos primeiros onze meses de 2022, o número de denúncias recebidas através da aplicação “Corrupção: Denuncie Aqui”, disponível no Portal do Ministério Público, foi de 1.345, das quais 522 (38,8%) foram apresentadas por denunciante identificado. As denúncias analisadas nesse período, nas quais se inserem denúncias transitadas do ano de 2021, num total de 1616, deram origem a 11 averiguações preventivas e 115 inquéritos. O número de inquéritos instaurados corresponde a uma percentagem de cerca de 7,12% face ao número de denúncias analisadas. O conjunto dos inquéritos e averiguações preventivas instaurados com base nas denúncias analisadas corresponde a uma percentagem de 7,80 %.



<b>Ano</b>	Denúncias apresentadas	Inquéritos instaurados	Averiguações preventivas abertas	Denúncias remetidas a outras entidades	Arquivadas (após análise inicial)	Denunciante anónimos	Denunciante identificados
<b>2022 jan-nov</b>	1.345	115	11	631	859	823	522
<b>2021</b>	1.694	207	7	632	907	1.043	651
<b>2020</b>	1.607	232	18	507	785	1.104	603
<b>2019</b>	1.966	249	31	787	896	1.271	695

No que respeita às áreas de enquadramento da atividade denunciada, verifica-se que as denúncias com maior expressão numérica são as referentes a empresas privadas (259), à administração local (239) e a entidades não especificadas (212). De referir ainda que foram recebidas denúncias relacionadas com serviços centrais do Estado (95), atividade desportiva (52) e fraudes relativas a fundos da União Europeia (29).

Lisboa, 9 de dezembro de 2022

O Gabinete de Imprensa